COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 991, DE 2011

Altera o art. 1.698 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil.

Autor: Deputado LIRA MAIA

Relator: Deputada BENEDITA DA SILVA

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado Lira Maia, com a proposição em epígrafe numerada, pretende penalizar os pais que não prestarem alimentos aos filhos, por não disporem de recursos, à prestação de serviços à comunidade ou a entidade pública, quando a obrigação alimentar recair sobre outrem.

Alega, em favor de sua tese, que:

“a norma, ao garantir ao descendente o direito de receber pensão alimentícia por parte dos avós visa garantir a subsistência daqueles que não podem prover o próprio sustento. Desse modo, quando o ascendente de primeiro grau não puder atender às necessidades do alimentando, a Lei, sabiamente, indica alguém, dentro do seio familiar, que possa fazê-lo.

Ocorre, porém, que tal regra tem incentivado, em muitos casos, o ócio dos pais cuja responsabilidade fora transferida para outrem, em geral para os avós.

Assim, julgamos de bom alvitre que os pais faltosos com o dever de alimentar sejam, de alguma forma, penalizados com sanção pedagógica. Nesse sentido, propõe-se alterar o Código Civil, estabelecendo que o pai ou a mãe, não pagador de alimentos, preste

serviços à comunidade ou à entidade pública até que possa atender às necessidades de seus descendentes...”

A esta Comissão de Seguridade Social e Família compete analisar o mérito da proposta sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

A proposição se sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e segue sob tramitação ordinária.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em comento, do ponto de vista da conveniência e oportunidade, apresenta-se duvidosa.

Nas relações familiares, que deveriam funcionar como uma empresa, a assistência material, financeira, para fins de saúde, educação, vestuário, alimentação, como a imaterial, de afeto, carinho, amor, atenção, devem sempre prevalecer sobre todas as coisas.

Orlando Gomes (Direito de Família, Ed. Forense) diz-nos que alimentos são *“prestações para satisfação das necessidades vitais de quem não pode provê-las por si. Têm por finalidade fornecer a um parente, cônjuge ou companheiro o necessário à sua subsistência”*.

Assim dispõe o artigo 1694 do Código Civil: *“podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação”*.

Segundo Maria Helena Diniz (Curso de Direito Civil Brasileiro, 5º vol, Direito de Família, Ed. Saraiva), *“o fundamento desta obrigação de prestar alimentos é o princípio da preservação da dignidade da pessoa humana (CF., art. 1, III) e o da solidariedade familiar, pois vem a ser um dever personalíssimo, devido pelo alimentante, em razão de parentesco, vínculo conjugal ou convivencial que o liga ao alimentado.”*

Os alimentos devem ser fixados de acordo com a necessidade do alimentando e a possibilidade econômica do alimentante.

Os argumentos trazidos à colação pelo ilustre Deputado, bem como a forma pela qual estabelece a penalidade aos pais, não se coadunam com os princípios jurídicos que informam nosso ordenamento.

Aqueles, como dito acima, que tiverem condições econômicas e financeiras para prestar alimentos ao parente necessitado não poderão ser eximidos desse dever de solidariedade.

Verificamos, outrossim, que a pena sugerida tem natureza penal, pois se confunde com a norma do Código Penal que trata das penas restritivas de direito (art. 43, IV).

Pelo exposto, nosso voto é, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 991, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputada BENEDITA DA SILVA
Relatora